

*Hugo de Brito Machado*

***CURSO DE DIREITO  
TRIBUTÁRIO***

*34ª edição,  
revista, atualizada e ampliada*

 **MALHEIROS  
EDITORES**

## **CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

© **HUGO DE BRITO MACHADO**

*1ª ed., 1979; 2ª ed., 1981; 3ª ed., 1985; 4ª ed., 1987; 5ª ed., 1992;  
6ª ed., 1993; 7ª ed., 06.1993 (3.000 exs.); 8ª ed., 09.1993 (3.000 exs.);  
9ª ed., 06.1994 (3.000 exs.); 10ª ed., 01 e 05.1995 (6.000 exs.);  
11ª ed., 01.1996 (10.000 exs.); 12ª ed., 04.1997 (10.000 exs.);  
13ª ed., 01.1998 (10.000 exs.); 14ª ed., 09.1998 (10.000 exs.);  
15ª ed., 05.1999 (3.000 exs.); 16ª ed., 09.1999 (3.000 exs.);  
17ª ed., 02.2000 (5.000 exs.); 18ª ed., 05.2000 (7.000 exs.);  
19ª ed., 1ª tir., 01.2001 (10.000 exs.); 2ª tir., 06.2001 (5.000 exs.);  
20ª ed., 01.2002 (10.000 exs.); 21ª ed., 06.2002 (10.000 exs.);  
22ª ed., 02.2003 (10.000 exs.); 23ª ed., 07.2003 (10.000 exs.);  
24ª ed., 03.2004 (10.000 exs.); 25ª ed., 07.2004 (10.000 exs.);  
26ª ed., 03.2005 (15.000 exs.); 27ª ed., 01.2006 (15.000 exs.);  
2ª tir., 10.2006 (2.000 exs.); 28ª ed., 02.2007 (17.000 exs.);  
29ª ed., 03.2008 (17.000 exs.); 30ª ed., 02.2009 (17.000 exs.);  
31ª ed., 03.2010 (17.000 exs.); 32ª ed., 06.2011 (13.000 exs.);  
33ª ed., 06.2012 (13.000 exs.).*

ISBN 978-85-392-0192-1

*Direitos reservados desta edição por  
MALHEIROS EDITORES LTDA.  
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171  
CEP 04531-940 – São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495  
URL: [www.malheiroseditores.com.br](http://www.malheiroseditores.com.br)  
e-mail: [malheiroseditores@terra.com.br](mailto:malheiroseditores@terra.com.br)*

*Composição*  
PC Editorial Ltda.

*Capa*  
Nadia Basso

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*  
04.2013

9783379

## SUMÁRIO

<i>Prefácio (da 32ª edição)</i> .....	5
<i>Apresentação (da 1ª edição)</i> .....	7

---

### PRIMEIRA PARTE – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

---

#### CAPÍTULO I – O Estado e o Poder de Tributar

<b>1. O Estado e sua atividade financeira</b> .....	23
<b>2. O poder de tributar</b> .....	27
<b>3. Poder e competência</b> .....	28
<b>4. Atribuição de competência e distribuição de receita</b> .....	29
<b>5. Os princípios jurídicos da tributação</b> .....	31
5.1 <i>Legalidade</i> .....	32
5.2 <i>Anterioridade</i> .....	35
5.3 <i>Igualdade</i> .....	38
5.4 <i>Competência</i> .....	39
5.5 <i>Capacidade contributiva</i> .....	39
5.6 <i>Vedação do confisco</i> .....	41
5.7 <i>Liberdade de tráfego</i> .....	43
5.8 <i>Garantias do contribuinte e tributação extrafiscal</i> .....	44
<b>6. Tributação e solidariedade social</b> .....	
6.1 <i>Solidariedade social como princípio constitucional</i> .....	45
6.2 <i>Solidariedade e legalidade</i> .....	46
6.3 <i>Solidariedade e capacidade contributiva</i> .....	47
6.4 <i>Relativização dos princípios</i> .....	47
6.5 <i>Solidariedade e gasto público</i> .....	48

#### CAPÍTULO II – O Direito Tributário

<b>1. Conceito, denominações e finalidade</b> .....	49
<b>2. Natureza, posição e autonomia</b> .....	52
<b>3. Direito tributário, direito financeiro e ciência das finanças</b> .....	54
<b>4. Tributo: conceito e espécies</b> .....	56
<b>5. Classificação dos tributos</b> .....	68
<b>6. Função dos tributos</b> .....	69

<b>7. Tributo oculto ou disfarçado</b>	
7.1 Na Teoria Geral do Direito .....	70
7.2 No Direito brasileiro .....	70
7.3 Exemplos de tributos disfarçados ou ocultos no Direito brasileiro	
7.3.1 Valor da outorga .....	71
7.3.2 Sobrepreço nos monopólios estatais .....	71
7.3.3 Contraprestação de serviços de uso compulsório ..	72
7.4 Inconstitucionalidade	
7.4.1 Sistema tributário e direitos fundamentais .....	72
7.4.2 Contrariedade ao sistema .....	73
<b>8. Regime especial em matéria tributária</b>	
8.1 Conceito e espécies .....	73
8.2 Regimes especiais e isonomia .....	74
8.3 Regimes especiais no plano constitucional .....	74
8.4 Regime especial de fiscalização e sanção política .....	75

---

## SEGUNDA PARTE – NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

---

### CAPÍTULO I – Legislação Tributária

1. Lei e legislação .....	79
2. Lei ordinária e lei complementar .....	80
3. Princípio da legalidade .....	81
4. Medidas provisórias .....	84
5. Tratados e convenções internacionais .....	86
6. Decretos e regulamentos .....	87
7. Normas complementares .....	89

### CAPÍTULO II – Vigência e Aplicação da Legislação Tributária

1. Vigência e aplicação .....	92
2. Vigência da legislação tributária no espaço .....	93
3. Vigência da legislação tributária no tempo .....	94
4. Os princípios da anualidade e da anterioridade .....	95
5. Aplicação imediata .....	98
6. Aplicação retroativa .....	100

### CAPÍTULO III – Interpretação e Integração da Legislação Tributária

1. Interpretação e integração .....	104
2. Métodos de interpretação .....	106
3. Meios de integração .....	108
4. Posições apriorísticas e o interesse público .....	111
5. Institutos, conceitos e formas de direito privado .....	112

<b>6. Interpretação econômica</b> .....	114
<b>7. Interpretação literal</b> .....	115
<b>8. Interpretação benigna</b> .....	117
<b>9. Fontes da interpretação</b> .....	118
<b>10. Interpretação e aplicação</b> .....	119
<b>11. Os princípios jurídicos e a interpretação</b> .....	120

#### CAPÍTULO IV – Obrigação Tributária

<b>1. Conceito e espécies</b> .....	124
<b>2. Natureza jurídica</b> .....	127
<b>3. Fato gerador</b> .....	128
3.1 <i>Fato gerador da obrigação principal</i> .....	129
3.2 <i>Fato gerador da obrigação acessória</i> .....	130
3.3 <i>Fato gerador e hipótese de incidência</i> .....	130
3.4 <i>Quando se considera consumado o fato gerador</i> .....	132
3.5 <i>Norma geral antielisão</i> .....	133
3.6 <i>Negócios jurídicos condicionais</i> .....	135
3.7 <i>Insubsistência do fato tributável</i> .....	136
<b>4. Aspectos ou elementos do fato gerador</b> .....	
4.1 <i>Aspecto material ou nuclear</i> .....	137
4.2 <i>Base de cálculo</i> .....	138
4.3 <i>Alíquota</i> .....	
4.3.1 <i>Conceito e importância</i> .....	139
4.3.2 <i>Alíquotas específica e percentual</i> .....	139
4.3.3 <i>Alíquotas fixas e variáveis</i> .....	140
4.3.4 <i>Alíquotas progressivas e regressivas</i> .....	140
4.3.5 <i>Alíquota zero</i> .....	140
4.4 <i>Diferimento de incidência</i> .....	141
<b>5. Sujeito ativo</b> .....	141
<b>6. Sujeito passivo</b> .....	145
6.1 <i>Convenções particulares</i> .....	147
6.2 <i>Solidariedade</i> .....	149
6.2.1 <i>Benefício de ordem</i> .....	150
6.2.2 <i>Efeitos da solidariedade</i> .....	151
6.3 <i>Capacidade tributária</i> .....	151
6.4 <i>Domicílio tributário</i> .....	153
<b>7. Responsabilidade tributária</b> .....	154
7.1 <i>Responsabilidade dos sucessores</i> .....	155
7.2 <i>Fusão, transformação ou incorporação</i> .....	159
7.3 <i>Continuação da atividade</i> .....	160
7.4 <i>Responsabilidade de terceiros</i> .....	162
7.5 <i>Responsabilidade por infrações. Sua exclusão pela denúncia espontânea</i> .....	166

7.6 *Exclusão da responsabilidade pelo desconhecimento da lei* 174

## CAPÍTULO V – Crédito Tributário

<b>1. Conceito</b> .....	175
<b>2. Constituição do crédito tributário</b> .....	177
2.1 <i> Lançamento. Sua natureza. Legislação aplicável</i> .....	177
2.2 <i> Critérios jurídicos no lançamento</i> .....	180
2.3 <i> Modalidades de lançamento</i> .....	181
2.3.1 <i> Lançamento de ofício</i> .....	181
2.3.2 <i> Lançamento por declaração</i> .....	182
2.3.3 <i> Lançamento por homologação</i> .....	183
2.3.4 <i> A jurisprudência do STJ quanto ao lançamento por homologação</i> .....	185
2.4 <i> Revisão do lançamento</i> .....	186
2.5 <i> Depósito judicial e lançamento</i> .....	188
<b>3. Suspensão do crédito tributário</b> .....	189
3.1 <i> Moratória</i> .....	190
3.2 <i> Depósito</i>	
3.2.1 <i> Ato voluntário e seus efeitos</i> .....	193
3.2.2 <i> Suspensão da exigibilidade do crédito tributário</i> ..	194
3.2.3 <i> Suspensão da exigibilidade do dever de pagar antecipadamente</i> .....	194
3.2.4 <i> Montante integral</i> .....	194
3.2.5 <i> Depósito e consignação em pagamento</i> .....	195
3.2.6 <i> Procedimento</i> .....	195
3.2.7 <i> Decadência e prescrição</i> .....	196
3.2.8 <i> Levantamento ou conversão em renda</i> .....	197
3.2.9 <i> Depósito e execução fiscal</i> .....	198
3.2.10 <i> Onde é feito o depósito</i> .....	198
3.2.11 <i> Depósito como pagamento provisório</i> .....	198
3.3 <i> Reclamações e recursos</i> .....	201
3.4 <i> Medida liminar em mandado de segurança</i> .....	201
3.5 <i> Medida liminar e antecipação da tutela</i> .....	203
<b>4. Extinção do crédito tributário</b> .....	203
4.1 <i> Pagamento</i> .....	205
4.2 <i> Pagamento indevido. Restituição</i> .....	209
4.2.1 <i> Extinção do direito à restituição</i> .....	213
4.2.2 <i> Anulamento de decisão denegatória de restituição</i>	215
4.3 <i> Compensação</i> .....	216
4.4 <i> Transação</i> .....	222
4.5 <i> Remissão</i> .....	222
4.6 <i> Decadência</i> .....	223

4.7	<i>Prescrição</i>	226
4.8	<i>Conversão de depósito em renda</i>	228
4.9	<i>Pagamento antecipado e homologação do lançamento</i>	229
4.10	<i>Consignação em pagamento</i>	230
4.11	<i>Decisão administrativa</i>	230
4.12	<i>Decisão judicial</i>	231
4.13	<i>Dação em pagamento</i>	231
5.	<b>Exclusão do crédito tributário</b>	232
5.1	<i>Distinções entre isenção, não incidência e imunidade</i>	232
5.2	<i>Isenção</i>	234
5.3	<i>Classificação das isenções</i>	238
5.4	<i>Alíquota zero</i>	239
5.5	<i>Diferimento de incidência</i>	240
5.6	<i>Anistia</i>	240
6.	<b>Garantias e privilégios do crédito tributário</b>	241
6.1	<i>Presunção de fraude</i>	244
6.2	<i>Concurso de preferências</i>	247
6.3	<i>Créditos extraconcursais</i>	248
6.4	<i>Inventário e arrolamento. Liquidações de pessoas jurídicas</i>	249
6.5	<i>Exigência de quitações</i>	250
6.6	<i>Indisponibilidade de bens e direitos</i>	251

## CAPÍTULO VI – Administração Tributária

1.	<b>Fiscalização</b>	252
1.1	<i>Sigilo comercial</i>	253
1.2	<i>Dever de informar e sigilo profissional</i>	257
1.3	<i>Sigilo fiscal</i>	258
1.4	<i>Auxílio da força pública</i>	259
1.5	<i>Excesso de exação</i>	261
1.6	<i>Responsabilidade pessoal do agente público</i>	261
2.	<b>Dívida Ativa</b>	262
3.	<b>Certidões negativas</b>	264
3.1	<i>Certidão negativa e perecimento de direito</i>	265
3.2	<i>Certidão negativa e tributo não vencido</i>	268
3.3	<i>Certidão negativa e consignação em pagamento</i>	269
3.4	<i>Exigência de quitação de tributos e liberdade econômica</i>	269
3.5	<i>Certidões negativas e precatório</i>	270
3.6	<i>Precatórios e compensação</i>	271

---

## TERCEIRA PARTE – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

---

### CAPÍTULO I – Competência Tributária

1.	<b>Sistema tributário</b>	275
----	---------------------------	-----

<b>2. Atribuição de competência tributária</b> .....	276
<b>3. Limitações da competência tributária</b> .....	278
3.1 O âmbito constitucional .....	279
3.2 Legalidade .....	279
3.3 Isonomia .....	280
3.4 Irretroatividade .....	283
3.5 Anterioridade .....	285
3.6 Proibição de confisco .....	285
3.7 Liberdade de tráfico .....	287
3.8 Imunidades .....	287
3.9 Imunidade recíproca .....	288
3.10 Imunidade dos templos .....	291
3.11 Imunidades dos partidos políticos, das entidades sindicais e das instituições de educação ou de assistência social, sem fins lucrativos .....	292
3.12 Imunidade do livro, jornal e periódico .....	294
3.13 Outras limitações .....	296
<b>4. Competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios</b> .....	297
<b>5. Competência residual</b> .....	
5.1 Conceito e limites .....	299
5.2 Competência residual e adicionais .....	299
5.3 Competência residual e peculiaridades locais .....	300
<b>6. Competência e tributos vinculados</b> .....	300

## CAPÍTULO II – Impostos

<b>1. Conceito de imposto</b> .....	302
<b>2. Classificação dos impostos no sistema tributário brasileiro</b> .....	
2.1 Os critérios de classificação .....	304
2.2 Competência .....	304
2.3 Forma de quantificação .....	304
2.4 Imposto proporcional .....	304
2.5 Imposto progressivo .....	305
2.5.1 Formas de progressividade .....	306

## CAPÍTULO III – Impostos Federais

<b>1. Imposto de importação</b> .....	
1.1 Competência .....	308
1.2 Função .....	309
1.3 Fato gerador .....	309
1.4 Alíquotas .....	311
1.5 Base de cálculo .....	312
1.6 Contribuinte .....	313



1.7	<i>Lançamento</i> .....	313
1.8	<i>Considerações especiais</i> .....	314
<b>2.</b>	<b><i>Imposto de exportação</i></b>	
2.1	<i>Competência</i> .....	314
2.2	<i>Função</i> .....	315
2.3	<i>Fato gerador</i> .....	315
2.4	<i>Alíquotas</i> .....	316
2.5	<i>Base de cálculo</i> .....	317
2.6	<i>Contribuinte</i> .....	317
2.7	<i>Lançamento</i> .....	318
2.8	<i>Considerações especiais</i> .....	318
<b>3.</b>	<b><i>Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza</i></b>	
3.1	<i>Competência</i> .....	319
3.2	<i>Função</i> .....	319
3.3	<i>Fato gerador</i> .....	320
3.4	<i>Alíquotas</i> .....	325
3.5	<i>Base de cálculo</i> .....	326
	3.5.1 <i>Lucro real</i> .....	327
	3.5.2 <i>Lucro presumido</i> .....	328
	3.5.3 <i>Lucro arbitrado</i> .....	329
	3.5.4 <i>Rendimento</i> .....	331
3.6	<i>Contribuinte</i> .....	331
3.7	<i>Lançamento</i> .....	333
3.8	<i>Considerações especiais</i> .....	334
<b>4.</b>	<b><i>Imposto sobre produtos industrializados</i></b>	
4.1	<i>Competência</i> .....	335
4.2	<i>Função</i> .....	335
4.3	<i>Fato gerador</i> .....	336
4.4	<i>Alíquotas</i> .....	337
4.5	<i>Base de cálculo</i> .....	338
4.6	<i>Não cumulatividade</i> .....	339
4.7	<i>Contribuinte</i> .....	342
4.8	<i>Lançamento</i> .....	342
<b>5.</b>	<b><i>Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e sobre operações relativas a títulos e valores mobiliários</i></b>	
5.1	<i>Competência</i> .....	343
5.2	<i>Função</i> .....	344
5.3	<i>Fato gerador</i> .....	344
5.4	<i>Alíquotas</i> .....	346
5.5	<i>Base de cálculo</i> .....	347
5.6	<i>Contribuinte</i> .....	348
5.7	<i>Lançamento</i> .....	348

<b>6. Imposto sobre a propriedade territorial rural</b>	
6.1 Competência .....	348
6.2 Função .....	349
6.3 Fato gerador .....	350
6.4 Alíquota .....	352
6.5 Base de cálculo .....	352
6.6 Contribuinte .....	353
6.7 Lançamento .....	354
6.8 Considerações especiais .....	354
<b>7. Imposto sobre grandes fortunas</b> .....	355
<b>8. Impostos extraordinários</b>	
8.1 Competência .....	356
8.2 Fatos geradores, bases de cálculo e alíquotas .....	356
8.3 Contribuinte .....	357
8.4 Lançamento .....	358
8.5 Supressão gradual .....	358
<b>9. Impostos da competência residual</b>	
9.1 Praxe antiga .....	362
9.2 Limitações da competência residual .....	362
9.3 A nova válvula de escape: as contribuições .....	363

#### CAPÍTULO IV – Impostos Estaduais

<b>1. Imposto sobre heranças e doações</b>	
1.1 Competência .....	365
1.2 Função .....	366
1.3 Âmbito constitucional e fato gerador .....	366
1.4 Alíquotas .....	368
1.5 Base de cálculo .....	369
1.6 Contribuinte .....	369
1.7 Lançamento .....	370
1.8 Implicações no processo de inventário .....	370
<b>2. Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços</b>	
2.1 Competência .....	371
2.2 Função .....	371
2.3 Fato gerador	
2.3.1 Fato gerador e âmbito do tributo .....	373
2.3.2 Operações relativas à circulação .....	375
2.3.3 Mercadorias .....	377
2.3.4 Prestações de serviços .....	379
2.3.5 Bens destinados a consumo ou ativo fixo .....	381
2.3.6 Bens importados mediante “leasing” .....	382
2.4 Alíquotas .....	382

2.5	<i>Base de cálculo</i>	385
2.6	<i>Fornecimento de mercadorias com prestações de serviços</i>	386
2.7	<i>Não cumulatividade</i>	387
2.8	<i>Contribuinte</i>	388
2.9	<i>Substituição tributária</i>	389
2.10	<i>Lançamento</i>	390
2.11	<i>Convênios interestaduais</i>	390
2.12	<i>A lei complementar</i>	391
2.13	<i>As imunidades</i>	391
	2.13.1 <i>Os semielaborados</i>	392
	2.13.2 <i>Operações interestaduais com petróleo, seus derivados e energia elétrica</i>	392
	2.13.3 <i>Ouro como ativo financeiro</i>	393
3.	<b><i>Imposto sobre a propriedade de veículos automotores</i></b>	
3.1	<i>Competência</i>	394
3.2	<i>Função</i>	394
3.3	<i>Fato gerador</i>	395
3.4	<i>Alíquota e base de cálculo</i>	396
3.5	<i>Contribuinte</i>	397
3.6	<i>Lançamento</i>	397

## CAPÍTULO V – Impostos Municipais

1.	<b><i>Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana</i></b>	
1.1	<i>Competência</i>	398
1.2	<i>Função</i>	399
1.3	<i>Fato gerador</i>	400
1.4	<i>Alíquotas</i>	401
1.5	<i>Base de cálculo</i>	404
1.6	<i>Contribuinte</i>	404
1.7	<i>Lançamento</i>	405
2.	<b><i>Imposto sobre a transmissão “inter vivos” de bens imóveis e direitos a eles relativos</i></b>	
2.1	<i>Competência</i>	405
2.2	<i>Função</i>	406
2.3	<i>Fato gerador</i>	406
2.4	<i>Alíquotas</i>	408
2.5	<i>Base de cálculo</i>	409
2.6	<i>Contribuinte</i>	409
2.7	<i>Lançamento</i>	410
2.8	<i>Considerações especiais</i>	410
3.	<b><i>Imposto sobre serviços de qualquer natureza</i></b>	
3.1	<i>Competência</i>	411

3.2	<i>Função</i> .....	412
3.3	<i>Fato gerador</i> .....	412
3.4	<i>Alíquotas</i> .....	416
3.5	<i>Base de cálculo</i> .....	417
3.6	<i>Contribuinte</i> .....	419
3.7	<i>Lançamento</i> .....	421

## CAPÍTULO VI – Contribuições Sociais

1.	<i>Conceito e natureza jurídica</i> .....	422
2.	<i>Função</i> .....	423
3.	<i>Espécies</i> .....	424
3.1	<i>Contribuições de intervenção no domínio econômico</i> .....	424
3.2	<i>Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas</i> .....	426
3.3	<i>Contribuições de seguridade social</i> .....	427
3.4	<i>Contribuições sociais gerais</i> .....	429
4.	<i>Competência</i> .....	430
5.	<i>Contribuintes</i> .....	430
6.	<i>Alíquotas e bases de cálculo</i> .....	432
7.	<i>Lançamento</i> .....	434
8.	<i>Considerações especiais</i> .....	434
9.	<i>Contribuição de iluminação pública</i> .....	435

## CAPÍTULO VII – Taxas

1.	<i>Conceito de taxa</i> .....	437
2.	<i>Fato gerador</i> .....	438
2.1	<i>Poder de polícia</i> .....	438
2.2	<i>Serviço público</i> .....	440
3.	<i>Base de cálculo</i> .....	442
4.	<i>Competência para instituir e cobrar taxas</i> .....	443
5.	<i>Distinção entre taxa e preço público</i> .....	444

## CAPÍTULO VIII – Contribuição de Melhoria

1.	<i>Conceito</i> .....	448
2.	<i>Função</i> .....	450
3.	<i>Fato gerador</i> .....	450
4.	<i>Cálculo</i> .....	452
5.	<i>Requisitos para cobrança</i> .....	453
6.	<i>Lançamento</i> .....	454
7.	<i>Distinção entre contribuição de melhoria e taxa</i> .....	454
8.	<i>Desvalorização do imóvel decorrente de obra pública</i> .....	455
9.	<i>Razões para a não instituição</i> .....	456

---

**QUARTA PARTE – ESTUDOS COMPLEMENTARES**


---

**CAPÍTULO I – Noções do Processo Administrativo Tributário**

<b>1. Introdução</b> .....	459
<b>2. Conceito, natureza e espécies</b> .....	459
<b>3. Determinação e exigência do crédito tributário</b>	
3.1 <i>Considerações gerais</i> .....	460
3.2 <i>O procedimento e suas fases</i> .....	461
3.3 <i>A fase não contenciosa</i> .....	461
3.4 <i>A fase contenciosa</i> .....	462
3.5 <i>O arrolamento de bens</i> .....	467
<b>4. A consulta</b> .....	467
<b>5. Outros processos administrativos tributários</b> .....	469
<b>6. Contagem dos prazos</b> .....	469
<b>7. Recurso hierárquico</b> .....	470

**Capítulo II – Processo Judicial Tributário**

<b>1. Introdução</b> .....	473
<b>2. Garantias constitucionais</b>	
2.1 <i>Inafastabilidade do controle judicial</i> .....	474
2.2 <i>Contraditório e ampla defesa</i> .....	475
2.3 <i>Direito à jurisdição</i> .....	476
<b>3. Espécies de processo</b> .....	477
3.1 <i>Processo de conhecimento</i> .....	477
3.2 <i>Processo de execução</i> .....	478
3.3 <i>Processo cautelar</i> .....	478
<b>4. Ações de iniciativa do Fisco</b>	
4.1 <i>Execução fiscal</i> .....	478
4.2 <i>Cautelar fiscal</i> .....	483
4.3 <i>Ação rescisória</i> .....	483
4.4 <i>Ação anulatória de decisão administrativa favorável ao contribuinte</i> .....	484
<b>5. Ações de iniciativa do contribuinte</b>	
5.1 <i>Ação anulatória de lançamento tributário</i> .....	485
5.2 <i>Ação declaratória</i> .....	485
5.3 <i>Ação de consignação em pagamento</i> .....	486
5.4 <i>Ação de repetição do indébito</i> .....	486
5.5 <i>Mandado de segurança</i> .....	488
5.6 <i>Ação rescisória</i> .....	490
5.7 <i>Reclamação ao STF</i> .....	490
<b>6. Ações de controle de constitucionalidade</b>	
6.1 <i>O controle de constitucionalidade pelo Judiciário</i> .....	491
6.2 <i>Ação direta de inconstitucionalidade</i> .....	492

6.3	<i>Ação declaratória de constitucionalidade</i> .....	494
6.4	<i>Diferença entre as ações de controle de constitucionalidade</i> .....	495
<b>7.</b>	<b><i>Ações da coletividade</i></b>	
7.1	<i>Ação popular</i> .....	495
7.2	<i>Ação civil pública</i> .....	496

### **CAPÍTULO III – Ilícito Tributário**

<b>1.</b>	<b><i>Ilícito e sanção</i></b> .....	498
<b>2.</b>	<b><i>Ilícito administrativo tributário</i></b> .....	499
<b>3.</b>	<b><i>Ilícito penal tributário</i></b>	
3.1	<i>Precedentes</i> .....	500
3.2	<i>Crimes contra a ordem tributária</i>	
3.2.1	<i>Os tipos e as penas</i> .....	501
3.2.2	<i>Interpretação benigna</i> .....	502
3.3	<i>Apropriação indébita</i>	
3.3.1	<i>Precedentes</i> .....	503
3.3.2	<i>Não recolhimento de tributo</i> .....	504
3.3.3	<i>Tipo novo e prisão por dívida</i> .....	506
3.3.4	<i>Contribuição previdenciária e sistema de informações</i> .....	507
3.3.5	<i>Inexigibilidade de outra conduta</i> .....	507
<b>4.</b>	<b><i>Sanção administrativa e sanção penal</i></b> .....	508
<b>5.</b>	<b><i>A questão da responsabilidade penal</i></b> .....	509
<b>6.</b>	<b><i>Sanções pessoais e patrimoniais</i></b> .....	510
<b>7.</b>	<b><i>Solução adequada</i></b> .....	510
<b>8.</b>	<b><i>Sanções políticas</i></b> .....	511
<b>9.</b>	<b><i>Extinção da punibilidade pelo pagamento</i></b>	
9.1	<i>No âmbito penal</i> .....	513
9.2	<i>No âmbito administrativo</i> .....	514
<b>10.</b>	<b><i>Exclusão da punibilidade</i></b> .....	514
<b>11.</b>	<b><i>Prévio exaurimento da via administrativa</i></b> .....	515
<b>12.</b>	<b><i>Crime de supressão ou redução de tributo e imunidade</i></b>	
12.1	<i>Elemento essencial do tipo</i> .....	517
12.2	<i>Fatos relativos a entidade imune</i> .....	517
<b>13.</b>	<b><i>Crimes contra a ordem tributária e interpretação da lei tributária</i></b>	518
	<i>Bibliografia</i> .....	519
	<i>Índice alfabético</i> .....	543